

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora:** da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021. 426p.

Idanir Ecco*

* Mestre em Educação UPF/RS; Professor da URI Erechim/RS. *E-mail*: idanir@uricer.edu.br

Data do recebimento: 08/08/2024 - Data do aceite: 03/09/2024

O FUTURO COMEÇA AGORA

A utopia é o impossível sem o qual não se pode imaginar o possível e muito menos lutar por ele.

(Boaventura de Sousa Santos)

A vida e o cotidiano das pessoas, a economia e o mercado, o trabalho e a renda, a educação e a aprendizagem... foram diretamente impactados, numa escala global, pela pandemia da Covid-19. Desde o surgimento do vírus, na China, no final do ano de 2019, diversas iniciativas e estratégias foram adotadas por governos com o objetivo primordial de frear a contaminação das populações, sobremaneira, o isolamento social, a quarentena das pessoas infectadas e o fechamento de fronteiras,

A obra proposta para esta resenha, de autoria de Boaventura de Sousa Santos¹ (Coimbra, 15 de Novembro de 1940), Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (EUA), professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (PT) e *distinguished legal scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), apresenta reflexões e proposições (medidas) considerando o caos pandêmico e o futuro pós-pandêmico, respectivamente, bem como, faz sérios apontamentos ao modo de

vida imposto pelo hipercapitalismo mundial.

Compõem o livro, um texto de apresentação, redigido por Naomar de Almeida Filho, professor titular de epidemiologia do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA- Salvador, Bahia – em que afirma que a obra do sociólogo português constitui-se num “[...] monumental ensaio sobre a sociedade pós-pandêmica, sua complexidade, seus antecedentes e seus futuros possíveis” (p.12); e um prefácio, elaborado pelo próprio autor, que relata a gênese da sua elaboração, afirmando: “Este livro foi escrito entre o medo e a esperança, tal como um e outra nos confrontam no início do século XXI” (p. 16), como também, expõem, sucintamente, as ideias centrais de cada capítulo.

Estruturalmente, está organizado em duas extensas partes. A “Parte I - O século XXI se apresenta” - é a mais abrangente e é constituída por 07 (sete) capítulos em que faz uma análise profunda, considerando o que a crise provocada pelo COVID-19 possibilitou vir à tona a respeito da atual sociedade colonialista, capitalista, racista, sexista e imensamente desigual, de posse de um modelo de desenvolvimento que subjuga e destrói a natureza e que provocará mais crise. Finaliza, essa seção, pontuando a vivência da solidariedade comunitária e as iniciativas de resistência, de proteção e de organização dos que foram mais duramente atingidos pelo vírus (populações pobres). Na “Parte II - O futuro começa agora” - são analisadas

alternativas, medidas a serem implementadas na perspectiva de mudanças, considerando o modelo de desenvolvimento, de consumo, de convivência, de proteção da natureza... para consolidar mais justiça social nas sociedades humanas. E para concretizar essas medidas é proposto, pelo autor, um período de transição em que essas alternativas desenvolver-se-ão progressivamente.

No primeiro capítulo, “Introdução póstuma ao nosso tempo”, Santos esmera-se em inserir a novidade do vírus na contemporaneidade e demonstra que seu primeiro impacto foi decretar o fim do presentismo, por acreditar na plena realização do progresso, pois “Há quarenta anos que o mundo vive dominado pela ideia de que não há alternativas à sociedade atual [...]” (p. 24). A crise pandêmica desconstruiu, minou a ideia conservadora do “Fim da História”² e de que inexistem alternativas ao modo de vida imposto pelo capitalismo. A pandemia, como afirma o autor “Exigiu mudanças drásticas. E de repente elas tornaram-se possíveis como se sempre o tivessem sido” (p. 25). A catástrofe viral expôs a fragilidade humana, pois “[...] a pandemia não é cega nem democrática, e que tem alvos privilegiados” (p. 26). Os mais pobres, os renegados pelo sistema dominador/explorador são os que mais padecem, subjugados que são pelos três principais modos de dominação, desde o séc. XVII, que são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, denominando-os de “os três unicórnios”, uma metáfora que construiu a partir de um escrito de Leonardo da Vinci³, a respeito do animal unicórnio, afirmando que mesmo sendo todo-poderoso e feroz, possui um ponto fraco e rende-se a quem conseguir identificá-lo (a partir dessa descrição é possível compreender a imagem ilustrativa que está na capa da obra em questão). Encerra afirmando, categoricamente, que há alternativas para superar essa crise, no sentido de que basta discuti-las no âmago do sistema

democrático. Esperançosamente afirma que “À narrativa do medo haverá que se contrapor a narrativa da esperança” (p. 45).

Em “Um fantasma assombra o mundo: a história do vírus e o colonialismo” (segundo capítulo), detém-se, inicialmente, sobre a natureza do vírus e afirma que o mesmo, “Trata-se de um poder insidioso, imensamente superior aos meios que poderíamos acionar para combatê-lo” (p.48). Para entender a contemporaneidade do micro-organismo patogênico em questão, faz-se necessário retornar ao passado e compreender a presença de vírus (por vezes intencional) no processo histórico da colonização. E, nesse sentido, afirma: “As epidemias são parte constituinte da história da humanidade [...]” (p. 48). Propõe estudar as epidemias anteriores à da Covid-19 (a Peste, a Variola, a *Influenza*), a fim de conhecer quais foram as soluções construídas naquele tempo, para que possam servir de “inspiração” na construção de estratégias e ações para o presente, bem como, para o futuro, considerando que o risco de novas pandemias é real. Demonstra, também, nessa parte, o poder devastador das epidemias e pandemias para com a vida humana. E, analisando o polêmico flagelo escreve: “A Covid-19 expõe de forma cruel como a economia global interligada ajuda a disseminar novas doenças infecciosas e que as longas cadeias de produção criam uma vulnerabilidade especial” (p. 75).

Em “O capitalismo abissal: a pandemia como o negócio” - capítulo três - demonstra como o capitalismo neoliberal financeiro sujeitou a referida pandemia e, por conseguinte, as áreas relativas às questões sociais, ao modelo de negócio. Santos declara que “Esse modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, assim ignorando os princípios de cidadania e de direitos humanos” (p. 79). Deixa, portanto, para o estado somente as áreas que não geram lucro, enfraquecendo-o e, conseqüentemente, tornando-o incapaz de enfrentar crises ou pandemias eficiente-

mente. Observa, também, que “Os governos nacionais com menos lealdade ao ideário neoliberal são os que estão atuando mais eficazmente contra a pandemia, independente do regime político” (p. 80). Em vista disso, o autor está convicto de que o atual modelo do capitalismo global -neoliberalismo - fracassou e, afirma, que o mesmo não tem futuro, haja vista, a crise humanitária global que tem produzido no período pandêmico.

Evidencia, no entanto, que nem todos os setores da sociedade tiveram impactos negativos em suas economias em função da COVID-19, pois viram nela a oportunidade para gerar lucros: “Outra dimensão da crise como negócio é a especulação de preços, sobretudo dos preços dos equipamentos necessários para salvar vidas durante a crise humanitária” (p. 82). O conceito de capitalismo abissal, bárbaro, aterrorizante... o autor, desenvolveu-o a partir desse contexto. Ademais, cita como exemplo a Big Farma, grande indústria farmacêutica “[...] que controla a produção de vacinas, tem procurado que em cada ano sejam necessárias novas vacinas para que os lucros se renovem correspondentemente [...]” (p. 84).

O vírus pandêmico demonstrou aspectos insolentes, perversos, arrogantes e desumanos da cultura capitalista neoliberal, manifestos no individualismo possessivo, na ausência da cooperação e da solidariedade. Nesse sentido, assevera Santos: “O capitalismo abissal expõe com crueza, o desrespeito pelo outro, pelo humano, pelo igual [...] só é cidadão - e merece viver – aquele que consegue pagar os tratamentos e as vacinas” (p. 101).

No quarto capítulo, que tem como título “As veias abertas das desigualdades e das discriminações” revela outra face do vírus, que não apenas a da morte, mas um assombroso agente potencializador/amplificador das desigualdades e das discriminações já existentes nas sociedades contemporâneas. Para Santos

(2021), “A pandemia aumentou a gravidade das exclusões [...] O coronavírus apenas confirmou e agravou a tragédia humana das comunidades sujeitas a exclusões sociais” (p. 105), pois observou-se que nos países tidos como “menos desenvolvidos”, as suas populações defenderam-se e protegeram-se eficazmente, melhor.

Ao finalizar essa parte em que foi apresentada, conforme o autor, uma pequena amostra do que ocorreu no período pandêmico, o mesmo afirma que “Os detalhes a que me entreguei nesse capítulo [...] pretende ter um efeito de registro, um diário da crueldade e da hierarquia do valor da vida nas sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais em que vivemos” (p. 139).

Inicia o quinto capítulo cujo título é “O Estado: exceção e democracia em tempos de pandemia”, afirmando que “Os três princípios de regulação das sociedades modernas são o Estado, o mercado e a comunidade” (p. 143). Demonstra, todavia, que o princípio do mercado ganhou prioridade absoluta a partir da década de 1980, em detrimento do Estado e da comunidade.

Entretanto, o novo coronavírus mostrou duas realidades diferentes em relação ao Estado: “Por um lado os Estados foram convocados a proteger os cidadãos das consequências [...] da pandemia. [...] Por outro lado, quando a pandemia eclodiu [...] os Estados estavam totalmente despreparados para enfrentá-la e para proteger os seus cidadãos” (p. 144). E diante dessa situação paradoxal, realiza uma análise crítica do Estado, concluindo que é uma instituição incontrolável.

Santos, no sexto capítulo – “Conhecimentos, incertezas e saúde global” – direciona sua atenção à imensa diversidade do conhecimento e para a ciência, com ênfase nos temas: “[...] relações entre modelos de desenvolvimento, mudanças climáticas e pandemias; as incertezas científicas e a necessidade de a

ciência dialogar com outros conhecimentos relevantes” (p. 173). Em suma, argumenta como a ciência saiu fortalecida dos debates que foram realizados considerando os limites do conhecimento científico. E, para além do campo científico, faz-se necessário reconhecer os saberes não científicos, pois contribuem para defender a vida.

“Resistência e auto-organização” é o título do sétimo capítulo, que tem como objetivo explícito “[...] ampliar as vozes comunitárias raramente ouvidas fora das comunidades” (p. 203), propósito efetivado com conhecimento, com maestria e com sabedoria. Divide-o em duas partes: “[...] resistências comunitárias; boas práticas de unidade político-administrativas subnacionais e autônomas” (p. 204). Demonstra como “As organizações e os movimentos sociais mostraram uma enorme vitalidade e criatividade na proteção da vida das suas comunidades e bairros durante a pandemia” (p. 227).

Na segunda parte (“Parte II – O futuro começa agora”), organizada em quatro capítulos, Santos imprime esforços para dar credibilidade à ideia de que o século XXI pode constituir-se em um início de época, isto é, numa transição para um novo modelo civilizacional (pós-capitalista; pós-colonial; pós-patriarcal), assentado na concepção de que somos pertencentes à natureza e não seus donos.

São identificados, no oitavo capítulo (“Os três cenários: entre a repetição do inferno e o *kairós*), três cenários possíveis para o mundo pós pandêmico.

No “Cenário I: Tudo como antes e pior. Capitalismo abissal e estado de exceção secundário” o pensador português expõe a respeito do capitalismo abissal, mostrando seu lado mais cruel e assombroso, prevenindo-o, após a pandemia, ainda mais antissocial e excludente: “Enfim, será ainda mais insensível ao sofrimento humano [...]” (p.

233). Adverte que esse prognóstico causará instabilidade política, protestos... e prevê uma resposta repressiva do Estado fortalecido por forças políticas e por governos de direita e extrema direita, sendo que “[...] a forma do Estado moderno, tal como a conhecemos, será, progressivamente, reconfigurada (ou melhor, desfigurada) para dar lugar a uma nova forma política que designo por *Estado profundo*” (p. 234, grifos do autor).

Em relação ao “Cenário 2: Pele capitalista, máscara socialista: o novo neokeynesianismo”, o autor explicita as artimanhas e falácias contidas nas promessas de reformas radicais, comprovando o escopo neoliberal de que “[...] é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma” (p. 236). No essencial, tudo isso consiste em construir condições para que a rentabilidade da economia capitalista não esmoreça. No entanto, “[...] as ‘reformas radicais’ apesar de terem sido formuladas para sustentar uma hegemonia social econômica e política, podem ser usadas de forma contra-hegemônicas” (p. 242). Logo, as referidas reformas têm certo valor, pois a longo prazo e articuladas com outras poderão constituir-se em alternativas ao capitalismo abissal.

É dessa conjuntura que emerge o terceiro cenário denominado de “Barbárie ou Civilização: alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado” marcado por um conjunto de circunstâncias que possibilitará, conforme Santos, “[...] que se comece a pensar numa nova civilização e a lutar por ela, o que implica formular as lutas sociais em termos e horizontes pós-capitalistas, pós-colonialistas e pós patriarcais” (p. 242).

“Para uma nova declaração cosmopolita, insurgente e direitos e deveres humanos” é o título do nono capítulo, em que o autor analisa o aviltamento do ideário dos direitos humanos e aponta para uma mudança de época, para um novo modelo de civilização no primado da vida digna. Nesse sentido,

afirma que a pandemia da COVID 19 criou “[...] uma oportunidade única para se pensar em alternativas [ao sistema capitalista, colonialista e patriarcal] e se porem em marcha processos de transição” (p. 252). Sugere caminhos para a construção cosmopolita insurgente baseados nas experiências mais recentes dos movimentos sociais e finaliza o capítulo “[...] com algumas propostas para promover uma verdadeira conversa sobre a defesa da dignidade e da vida” (p. 254), em que o autor denomina de “O horizonte utópico” (p. 260).

No décimo capítulo, cujo título é “A transição paradigmática: um mundo em que caibam muitos mundos”, Santos identifica os princípios que presidirão a transição paradigmática, do modelo paradigmático atual para uma nova civilização, conforme aponta na seção anterior e adverte que essa transição é um processo histórico mais ou menos longo, nada imediato, pois “Na transição paradigmática, os processos de transformação social que têm por horizonte um novo modelo civilizacional irão se confrontar a cada passo com os interesses estabelecidos, as políticas dominantes, os automatismos sociais e mesmo as estruturas psíquicas [...]” (p. 304).

No décimo primeiro e último capítulo, que tem por título “Os primeiros passos da transição”, são apresentadas propostas para aprofundar temas de consenso que tiveram maior visibilidade com a pandemia COVID 19. Por exemplo: matriz energética, água, soberania alimentar, rendimento básico, saúde... No entanto, essas proposições “Tem um caráter exemplificativo e devem ser entendi-

das como primeiros passos de uma mudança de época que [...] implica uma transformação civilizacional [...]” (p. 307).

A obra possibilita, no todo, uma leitura convidativa e encorajadora, pela sua estrutura e abordagem progressiva da temática, visto que, contextualiza, problematiza e sinaliza com soluções exequíveis, mesmo a longo prazo. Possui um valor intrínseco imensurável, que perpassará gerações, pois além registrar, analisar e interpretar o período pandêmico na conjuntura capitalista, contém fundamentos epistemológicos, políticos, culturais, educacionais e alternativas viáveis tendo em vista a superação do “capitalismo abissal”, termo reiteradamente utilizado pelo autor. O livro aposta na possibilidade de que a aspiração de viver dignamente não seja o privilégio de um número reduzido de seres humanos. Em suma, é uma obra que inspira e instiga, pois contém esperança alicerçada no exercício de pensar em utopias em tempos de crise planetária, em tempos de desencantos. O conteúdo é atualíssimo e a escrita de grande qualidade.

Recomenda-se o livro do sociólogo português para estudiosos e pesquisadores de temas sociais, políticos e econômicos, como por exemplo: desigualdade econômica e social, exploração social, neoliberalismo, entre outros, para ampliar e aprimorar novos saberes nessa área, uma vez que contém muitos dados importantes. Indicado, sobremaneira aos que apresentam um certo ceticismo em relação à configuração utópica de uma nova civilização cosmopolita e diversificada, impulsionada por uma transição paradigmática.

NOTAS

¹ É diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça. Foi também *global legal scholar* da Universidade de Warwick (Reino Unido) e professor visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres (Inglaterra). Dirigiu o projeto de investigação *ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa*

um novo modo de partilhar as experiências o mundo, um projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia e estudos pós-coloniais, sobre movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos, além de fazer trabalho de campo em Portugal, no Brasil, na Colômbia, em Moçambique, em Angola, em Cabo Verde, na Bolívia e no Equador. Os seus livros encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, romeno, chinês, dinamarquês, polaco, árabe, sul-coreano e grego.

² Francis Fukuyama, cientista político e economista americano, em 1989, publicou o artigo “O fim da história?” Na revista *The National Interest*. Nele, argumentava que a difusão mundial das democracias liberais e do livre capitalismo de mercado possivelmente sinalizavam o fim da evolução sociocultural da humanidade. Três anos mais tarde, publicou o livro “O fim da história e o último homem”, em que expandiu essas ideias.

³ Leonardo da Vinci (1452-1519) foi um pintor italiano e um dos maiores gênios de seu tempo. A tela “Mona Lisa” notabilizou-o como um dos principais pintores da Renascença.